

Concessionária de Rodovia Sul - Matogrossense S.A.

Informações Financeiras Intermediárias Referente
ao Trimestre Findo em
30 de Setembro de 2016 e Relatório dos
Auditores Independentes sobre a
Revisão das Informações Financeiras
Intermediárias

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária da Rodovia Sul-Matogrossense S.A.
Campo Grande - MS

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Concessionária da Rodovia Sul-Matogrossense S.A. ("Companhia") contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o trimestre e período de nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações financeiras intermediárias de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 1º de novembro de 2016


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Alexandre Cassini Decourt
Contador
CRC nº1 SP 276957/O-4

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	30
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	31
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	32
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	547.000.000
Preferenciais	0
Total	547.000.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	1.264.671	947.177
1.01	Ativo Circulante	29.757	52.891
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	14.466	28.219
1.01.03	Contas a Receber	11.600	13.311
1.01.03.01	Clientes	11.600	13.311
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes	11.590	5.189
1.01.03.01.02	Contas a receber de partes relacionadas	10	8.122
1.01.06	Tributos a Recuperar	75	3.795
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.249	1.306
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	367	6.260
1.01.08.03	Outros	367	6.260
1.01.08.03.03	Outros créditos	367	155
1.01.08.03.04	Adiantamentos a fornecedores	0	6.105
1.02	Ativo Não Circulante	1.234.914	894.286
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.954	24.435
1.02.01.06	Tributos Diferidos	5.879	24.421
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.879	24.421
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	75	14
1.02.01.09.06	Depósitos Judiciais e outros	75	14
1.02.03	Imobilizado	130.582	145.857
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	91.814	40.248
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	38.768	105.609
1.02.04	Intangível	1.098.378	723.994
1.02.04.01	Intangíveis	1.098.378	723.994
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.098.378	723.994

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	1.264.671	947.177
2.01	Passivo Circulante	78.259	611.848
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	14.618	13.554
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.559	1.866
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	13.059	11.688
2.01.02	Fornecedores	53.370	31.728
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	53.356	31.671
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	14	57
2.01.03	Obrigações Fiscais	6.110	8.933
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.242	6.803
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.868	2.130
2.01.03.03.01	ISS a recolher	2.868	2.130
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.224	556.031
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.224	556.031
2.01.05	Outras Obrigações	2.937	1.602
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	2.179	1.398
2.01.05.02	Outros	758	204
2.01.05.02.05	Outras Obrigações com o Poder Concedente	724	0
2.01.05.02.07	Outras obrigações	34	204
2.02	Passivo Não Circulante	619.128	2.380
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	576.252	0
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	576.252	0
2.02.02	Outras Obrigações	35.000	828
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	35.000	0
2.02.02.02	Outros	0	828
2.02.02.02.07	Outras obrigações	0	828
2.02.04	Provisões	7.876	1.552
2.02.04.02	Outras Provisões	7.876	1.552
2.02.04.02.04	Provisão de Manutenção	7.876	1.552
2.03	Patrimônio Líquido	567.284	332.949
2.03.01	Capital Social Realizado	547.000	359.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	20.284	-26.051

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	208.155	530.440	178.290	402.697
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-175.773	-428.751	-184.189	-434.138
3.02.01	Custo de construção	-139.188	-318.956	-165.331	-389.656
3.02.02	Serviços	-10.942	-38.800	-9.143	-22.357
3.02.03	Custos contratuais	-3.446	-11.168	-3.163	-9.252
3.02.04	Depreciação e Amortização	-5.460	-13.280	-578	-653
3.02.05	Custo com pessoal	-9.259	-26.560	-3.711	-7.777
3.02.06	Materiais, equipamentos e veículos	-3.976	-10.847	-1.685	-3.310
3.02.07	Outros	-1.076	-3.251	-578	-1.133
3.02.08	Provisão de manutenção	-2.426	-5.889	0	0
3.03	Resultado Bruto	32.382	101.689	-5.899	-31.441
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-7.486	-20.627	-8.072	-20.464
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-7.526	-20.779	-8.072	-20.464
3.04.02.01	Serviços	-2.755	-7.687	-2.252	-7.089
3.04.02.02	Depreciação e Amortização	-536	-1.157	-351	-675
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-2.426	-8.133	-3.709	-9.259
3.04.02.04	Materiais, Equipamentos e Veículos	-208	-596	-190	-609
3.04.02.05	Outros	-1.601	-3.206	-1.570	-2.832
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	133	336	0	66
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-93	-184	0	-66
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	24.896	81.062	-13.971	-51.905
3.06	Resultado Financeiro	-3.275	-10.400	-238	231
3.06.01	Receitas Financeiras	482	2.277	6.100	17.671
3.06.02	Despesas Financeiras	-3.757	-12.677	-6.338	-17.440
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	21.621	70.662	-14.209	-51.674
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-7.329	-24.327	4.764	16.798
3.08.01	Corrente	-3.585	-5.785	150	0
3.08.02	Diferido	-3.744	-18.542	4.614	16.798

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	14.292	46.335	-9.445	-34.876
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	14.292	46.335	-9.445	-34.876
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,03010	0,09759	-0,03077	-0,11360

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	14.292	46.335	-9.445	-34.876
4.03	Resultado Abrangente do Período	14.292	46.335	-9.445	-34.876

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	162.024	-71.366
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	96.365	-34.176
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) Líquido do Período	46.335	-34.876
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	18.542	-16.798
6.01.01.03	Depreciação	14.437	1.328
6.01.01.04	Baixa do Ativo Imobilizado e Intangível	184	67
6.01.01.05	Juros e Variação Monetária sobre Financiamentos	41.100	23.117
6.01.01.10	Capitalização de Custos de Empréstimos	-29.755	-7.025
6.01.01.12	Constituição (Reversão) da Provisão de Manutenção	5.889	0
6.01.01.13	Ajuste a Valor Presente Provisão Manutenção	435	0
6.01.01.14	Pagamento de Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas, Tributários e Previdenciários	328	7
6.01.01.15	Provisão (Reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa	-1.130	4
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	65.659	-37.190
6.01.02.01	Contas a Receber	-5.271	-600
6.01.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	8.112	-4.876
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	3.720	-464
6.01.02.06	Adiantamento a Fornecedores	6.105	0
6.01.02.07	Despesas Antecipadas e Outras	-2.216	-594
6.01.02.08	Fornecedores	21.642	-35.082
6.01.02.09	Fornecedores - Partes Relacionadas	35.928	198
6.01.02.10	Impostos e Contribuições a Recolher e Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	2.204	-1.746
6.01.02.11	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-5.027	-545
6.01.02.14	Pagamento de Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas, Tributários e Previdenciários	-328	0
6.01.02.15	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.064	5.699
6.01.02.16	Outras Contas a Pagar	-274	820
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-344.122	-465.770
6.02.01	Aquisição de Ativo Imobilizado	-17.993	-73.438
6.02.02	Aquisição de Ativo Intangível	-326.129	-392.332
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	168.345	321.890
6.03.01	Integralização de Capital	188.000	73.000
6.03.02	Empréstimos, Financiamentos (Captações)	571.432	248.890
6.03.03	Empréstimos, Financiamentos (Pagamentos de Principal)	-560.619	0
6.03.04	Empréstimos, Financiamentos (Pagamentos de Juros)	-30.468	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-13.753	-215.246
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	28.219	294.637
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	14.466	79.391

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	359.000	0	0	-26.051	0	332.949
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	359.000	0	0	-26.051	0	332.949
5.04	Transações de Capital com os Sócios	188.000	0	0	0	0	188.000
5.04.01	Aumentos de Capital	188.000	0	0	0	0	188.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	46.335	0	46.335
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	46.335	0	46.335
5.07	Saldos Finais	547.000	0	0	20.284	0	567.284

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	234.000	0	0	-14.326	0	219.674
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	234.000	0	0	-14.326	0	219.674
5.04	Transações de Capital com os Sócios	73.000	0	0	0	0	73.000
5.04.08	Integralização de Capital em 09 de abril de 2015	73.000	0	0	0	0	73.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-34.876	0	-34.876
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-34.876	0	-34.876
5.07	Saldos Finais	307.000	0	0	-49.202	0	257.798

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
7.01	Receitas	580.270	410.946
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	550.515	403.788
7.01.02	Outras Receitas	29.755	7.158
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-399.704	-435.584
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-63.544	-35.826
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-11.315	-10.102
7.02.04	Outros	-324.845	-389.656
7.02.04.01	Custo de construção	-318.956	-389.656
7.02.04.02	Provisão de Manutenção	-5.889	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	180.566	-24.638
7.04	Retenções	-14.437	-1.328
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-14.437	-1.328
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	166.129	-25.966
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.277	17.671
7.06.02	Receitas Financeiras	2.277	17.671
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	168.406	-8.295
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	168.406	-8.295
7.08.01	Pessoal	28.698	11.802
7.08.01.01	Remuneração Direta	17.648	3.400
7.08.01.02	Benefícios	8.647	6.439
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.772	1.493
7.08.01.04	Outros	631	470
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	50.806	-9.292
7.08.02.01	Federais	39.165	-10.160
7.08.02.02	Estaduais	143	38
7.08.02.03	Municipais	11.498	830
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	42.567	24.071
7.08.03.01	Juros	42.125	23.454
7.08.03.02	Aluguéis	442	617
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	46.335	-34.876
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	46.335	-34.876

Comentário do Desempenho

1. ANÁLISE DE DESEMPENHO OPERACIONAL MSVIA

Julho a Setembro/2016

As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, especificamente, o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e o IAS 34 – Informações Intermediárias, aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais e as comparações são referentes ao 3T15.

1.1 - Principais destaques

No 3º trimestre de 2016, a Companhia continuou a duplicação da BR-163/MS, com a autorização das Portarias Interministeriais 288 e 289, de 16/07/2013, dos Ministérios do Meio Ambiente e dos Transportes, e dos trechos permitidos pela Licença de Instalação nº 1.083/2015, cuja titularidade foi transferida em maio de 2016 pelo IBAMA, e continuou executando as obras de restauração do pavimento.

Neste período, foram assinados o (i) contrato de financiamento com a CAIXA com recursos do programa FINISA (Programa de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento) no valor de R\$ 527.288.000,00 (quinhentos e vinte e sete milhões, duzentos e oitenta e oito mil reais) e o (ii) contrato de financiamento com a CAIXA mediante repasse de recursos do BNDES no valor de R\$ 210.000.000,00 (duzentos e dez milhões de reais). Os recursos serão investidos na recuperação, operação, manutenção, conservação e implantação de melhorias no sistema rodoviário da BR-163/MS.

1.2 - Análise do demonstrativo de resultado trimestral

Receita bruta [R\$ mil]	3ºT16	3ºT15	Var. %
Receita de pedágio	74.393	14.132	426,4%
Receitas acessórias	1.120	43	2504,7%
Receita de construção	139.188	165.331	-15,8%
Receita bruta total	214.701	179.506	19,6%
Deduções	(6.546)	(1.216)	438,3%
Receita líquida total	208.155	178.290	16,8%

Receita bruta operacional

Conforme Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), a Companhia reconhece a receita e o custo de construção, de acordo com o CPC 17 – Contratos de Construção. Receita e o custo de construção são iguais, não incorrendo lucro sobre este item.

Receita de Pedágio: A cobrança de pedágio teve início em 14 de setembro de 2015, por isso a variação significativa quando comparado o 3T16 ao 3T15.

Receitas Acessórias: Na comparação com o 3T15, houve aumento de R\$ 1.077 mil nas receitas acessórias do 3T16, devido a contratos de utilização da faixa de domínio para implantação de fibra óptica firmados no referido período. No 3T15, as receitas acessórias foram oriundas da análise de projetos para emissão de termos de anuência.

Receita de Construção: No 3T16 estavam em andamento as obras de duplicação de novos trechos de duplicação devido a Licença Ambiental de Instalação transferida para a Companhia em maio de 2016 e obras de restauração do pavimento. Já no 3T15 estavam em andamento as obras de duplicação dos trechos prioritários, implantação das bases operacionais e praças de pedágio.

Comentário do Desempenho

Custos e despesas totais

Indicadores [R\$ mil]	3ºT16	3ºT15	Var.%
Custo de construção	139.188	165.331	-15,8%
Depreciação e amortização	5.996	929	545,4%
Custos contratuais	3.446	3.163	8,9%
Serviços de terceiros	13.697	11.395	20,2%
Custo com pessoal	11.685	7.420	57,5%
Materiais e gastos gerais	6.861	4.023	70,5%
Custos e despesas totais	180.873	192.261	-5,9%

Os custos e as despesas totais reduziram 5,9% no 3T16 em relação ao 3T15, alcançando o valor de R\$ 180.873 mil. Essa redução deve-se principalmente a diminuição no montante de investimentos de R\$ 26.143 mil em relação ao 3T15.

Custo de construção: No 3T16 estavam em andamento as obras de duplicação de novos trechos de duplicação devido a Licença Ambiental de Instalação transferida para a Companhia em maio de 2016 e obras de restauração do pavimento. Já no 3T15 estavam em andamento as obras de duplicação dos trechos prioritários, implantação das bases operacionais e praças de pedágio.

Depreciação e amortização: No 3T15 foram depreciados equipamentos e veículos da administração. Já no 3T16 ocorreram as amortizações dos investimentos realizados em 2015 e 2016, tais como: implantação de praças de pedágio, bases operacionais, trechos prioritários da duplicação, implantação equipamentos de monitoração da rodovia, restauração do pavimento, o que causou aumento de 545,4% em depreciação e amortização.

Custos Contratuais: Referem-se à verba contratual de Fiscalização (paga à ANTT) e à verba destinada ao aparelhamento da Polícia Rodoviária Federal (PRF). Além disso, fazem parte dos custos contratuais todos os seguros previstos no Contrato de Concessão, dentre os quais o do patrimônio existente (*all risks*), bem como responsabilidade civil e seguro garantia.

O aumento de 8,9% nos custos contratuais decorreu em função do reajuste dos prêmios dos seguros *all risks* devido ao aumento do valor patrimonial assegurado.

Serviços de terceiros: Neste grupo temos os itens de prestadores de serviços, referentes principalmente aos serviços de conservação de rotina, manutenção de equipamentos e sistemas e consultorias.

O aumento de 20,2% do valor no 3T16 em relação ao 3T15 ocorreu devido ao fim da capitalização dos gastos da operação em setembro de 2015. Além disso, a partir de setembro de 2015, foram incorporados os serviços de terceiros relacionados à operação das praças de pedágio, como transporte de valores, transporte de colaboradores e serviço de gerenciamento de dados.

No 3T16, a principal contribuição é dos serviços de conservação de rotina que correspondem a 58,9% do total.

Custos com pessoal: O aumento dos custos com pessoal de R\$ 4.265 mil se deve ao fim da capitalização dos gastos da operação junto ao ativo intangível em setembro de 2015.

Materiais e Gastos Gerais: Os custos com os materiais e gastos gerais da operação tiveram aumento de 70,5% devido ao fim da capitalização dos gastos da operação a partir do início da cobrança de pedágio.

Comentário do Desempenho

EBITDA e EBIT

Reconciliação EBITDA [R\$ mil]	3ºT16	3ºT15	Var. %
Lucro líquido	14.292	(9.445)	-251,3%
(+) IR/CS	7.329	(4.764)	-253,8%
(+) Resultado financeiro	3.275	238	1276,1%
(+) Depreciação e amortização	5.996	929	545,4%
EBITDA (a)	30.892	(13.042)	-336,9%
<i>Margem EBITDA (a)</i>	<i>14,84%</i>	<i>-7,32%</i>	<i>22 p.p.</i>

Reconciliação EBIT [R\$ mil]	3ºT16	3ºT15	Var. %
Lucro líquido	14.292	(9.445)	-251,3%
(+) IR/CS	7.329	(4.764)	-253,8%
(+) Resultado financeiro	3.275	238	1276,1%
EBIT (a)	24.896	(13.971)	-278,2%
<i>Margem EBIT (a)</i>	<i>11,96%</i>	<i>-7,84%</i>	<i>20 p.p.</i>

(a) Cálculo efetuado segundo Instrução CVM n°. 527/2012.

Resultado financeiro líquido

	3ºT16	3ºT15	Var. %
Despesas financeiras	(3.757)	(6.338)	-40,7%
Juros sobre financiamentos	(11.905)	(10.971)	8,5%
Variação monetária sobre empréstimos	(2.118)	(640)	230,9%
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(225)	-	100,0%
Capitalização de custo dos empréstimos	10.967	5.831	88,1%
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(476)	(558)	-14,7%
Receitas financeiras	482	6.100	-92,1%
Rendimento sobre aplicações financeiras	430	5.781	-92,6%
Juros e outras receitas financeiras	52	319	-83,7%
Resultado financeiro líquido	(3.275)	(238)	1276,1%

No 3T15, a Companhia já havia recebido o montante de R\$ 518.890 mil de recursos do BNDES, incorrendo juros no valor de R\$ 10.971 mil. Em abril de 2016, tivemos a quitação do Empréstimo Ponte e a 1ª liberação do Empréstimo de Longo Prazo em abril de 2016, no valor de R\$ 587.039 mil. Por consequência os juros aumentaram 8,5%. Além disso, houve aumento de 88,1% nos custos dos empréstimos capitalizados devido ao aumento do endividamento e redução dos rendimentos de aplicações financeiras.

As receitas financeiras do 3T16 foram menores que as do 3T15, em razão do saldo médio de caixa maior ao longo do 3T15 quando comparado ao 3T16.

Comentário do Desempenho

2. Investimentos

A Companhia mantém em dia os compromissos contratuais de investimento da BR-163/MS, conforme obrigações detalhadas no PER (Programa de Exploração da Rodovia).

Obras em andamento durante o 3º. Trimestre de 2016:

- RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO
 - Implantação e recuperação de elementos de proteção e segurança;
 - Restauração do pavimento nos trechos abaixo:
 - Km 0,0 ao km 200,0
 - Km 200,0 ao km 390,0
 - Km 490,0 ao 530,0
 - Km 570,0 ao 767,0
 - Km 807,0 ao 845,4

- SERVIÇOS OPERACIONAIS
 - Implantação de sistema de circuito fechado de TV;
 - Implantação de Rede de Fibra Óptica do km 227 ao km 431;

- AMPLIAÇÃO DE CAPACIDADE E MANUTENÇÃO DE NÍVEL DE SERVIÇO
 - Duplicação de trechos autorizados pelas Portarias Interministeriais 288 e 289:
 - Km 284,9 ao km 287,2
 - Km 310,4 ao km 315,4
 - Km 331,3 ao km 335,7
 - Km 430,5 ao km 433,0
 - Km 530,6 ao km 535,6
 - Km 602,9 ao km 607,3
 - Km 701,4 ao km 703,9
 - Km 773,7 ao km 778,5
 - Km 817,5 ao km 818,8

 - Duplicação autorizada segundo a Licença de Instalação nº 1.083/2015:
 - Km 95,52 ao km 112,82
 - Km 369,00 ao km 374,00
 - Km 518,31 ao km 524,91
 - Km 589,61 ao km 593,41
 - Km 600,54 ao km 602,94
 - Km 607,69 ao km 614,00

Comentário do Desempenho

Km 626,21 ao km 628,46

Km 647,25 ao km 650,3

Km 688,17 ao km 693,17

3. Fatos relevantes sobre o Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU)

Houve redução de 10% no total de acidentes e redução de 23% no total de vítimas feridas no 3T16 quando comparado ao mesmo período de 2015. Vale ressaltar que a Companhia realizou a identificação dos pontos vulneráveis de ocorrências de acidentes, para correção do trecho, cumpriu as ações destacadas no PRA (Programa de Redução de Acidentes), executou campanhas educativas de segurança viária, ações específicas para feriados prolongados, conservação e implantação de sinalização horizontal e vertical e conservação integral do pavimento com operações de tapa buraco e fresa/enchimento. O sistema de atendimento ao usuário abrange os serviços de socorro médico, socorro mecânico, combate a incêndios e apreensão de animais na faixa de domínio, serviço 0800 e de inspeção do tráfego.

Total de acidentes	3ºT16	3ºT15	Var. %
Total de acidentes	374	415	-10%
Total de vítimas feridas	245	319	-23%

A Diretoria

Notas Explicativas

Notas explicativas às Informações Trimestrais (ITR) findas em 30 de setembro de 2016

Os saldos apresentados em Reais nestas ITR foram arredondados para milhar, exceto quando indicado de outra forma.

1. Contexto operacional

A Companhia tem por objeto social específico e exclusivo, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação dos serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço da rodovia BR-163/MS, nos termos do Contrato de Concessão celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), em decorrência do Leilão objeto do Edital de Concessão nº 005/2013 (“Contrato de Concessão”).

O Sistema Rodoviário, objeto da Concessão, compreende o trecho da rodovia BR-163 integralmente inserido no Estado do Mato Grosso do Sul, com extensão total de 845,40 km, entre a divisa com o estado do Paraná e término na divisa com o Mato Grosso, incluindo todos os elementos integrantes da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas à Concessão.

Em 11 de abril de 2014, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) transferiu à Concessionária todos os bens veiculados à operação e manutenção do Sistema Rodoviário pelo prazo de 30 anos.

A Companhia tem como principal desafio duplicar mais de 800 km da BR-163/MS em 5 anos.

Além disso, implantou o Sistema de Atendimento ao Usuário em 11 de outubro de 2014, com serviços de socorro médico, socorro mecânico, inspeção de tráfego, combate a incêndios e apreensão de animais que são acionados pelos usuários através do centro de controle operacional e serviço 0800. As equipes e recursos de atendimento estão distribuídos ao longo de 17 bases operacionais.

Previamente ao início da cobrança de pedágio, estava previsto no Contrato de Concessão a duplicação de 10% da rodovia até o 18º mês de Concessão. Tais obras foram realizadas com autorização baseada nas Portarias Interministeriais 288 e 289, de 16/07/2013, dos Ministérios do Meio Ambiente e dos Transportes. Estas Portarias permitem a ampliação da capacidade e a duplicação parcial da rodovia através de uma autorização de execução das obras sem a respectiva licença ambiental, desde que as mesmas não impliquem na supressão de vegetação nativa; realocação da população; impacto em unidades de conservação; impacto em terras indígenas e/ou quilombolas; não realizar intervenções em áreas de preservação permanente.

A Concessionária, após concluir 10% da duplicação e a implantação de nove praças de pedágio em agosto de 2015, iniciou a cobrança da tarifa no dia 14 de setembro de 2015, por meio da autorização da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) publicada na resolução nº 4.826.

As tarifas aplicadas foram reajustadas segundo regras constantes no Contrato de Concessão e com os efeitos das revisões extraordinárias dispostas nas resoluções nº 4.700 de 13 de maio de 2015 e nº 4.826 de 3 de setembro de 2015. A primeira incluiu a implantação de retornos em nível na BR-163/MS no montante de investimentos compromissados com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) e a segunda restabeleceu o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão após isenção da cobrança de pedágio sobre eixos suspensos de veículos comerciais concedida pela Lei nº 13.103/2015, conhecida como “Lei dos Caminhoneiros”.

Os investimentos pactuados no Contrato de Concessão são parcialmente financiados por um contrato de financiamento com o BNDES. O financiamento foi suportado por um empréstimo ponte firmado em setembro de 2014 no montante de R\$ 646 milhões com prazo de 18 meses e teve seu vencimento

Notas Explicativas

em abril de 2016, quando iniciou o empréstimo de longo prazo no valor de R\$ 2.109 milhões. No dia 15 de abril, a Companhia recebeu o primeiro repasse do financiamento no valor de R\$ 587 milhões.

Em maio deste ano, a titularidade da Licença de Instalação emitida pelo IBAMA, de nº 1083, foi transferida para a Companhia. Desta forma, foi possível iniciar a implantação de mais 55 km duplicação, totalizando 87 km em andamento, que serão concluídos até maio de 2017.

2. Apresentação das ITR

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas definidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e especificamente o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e o IAS 34 – Informações Intermediárias, aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais.

Estas ITR devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

As informações financeiras contidas nas informações trimestrais foram aprovadas pela Administração da Companhia em 01 de novembro de 2016.

3. Principais práticas contábeis

Neste período não ocorreram mudanças nas principais práticas contábeis e, portanto, mantêm-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

4. Determinação dos valores justos

Neste período não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos.

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Neste período não ocorreram mudanças no gerenciamento de riscos financeiros.

Em 30 de setembro de 2016, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 48.502, substancialmente composto por empréstimos e financiamentos, detalhado na nota explicativa nº 12. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas e negociando novas captações com o objetivo de fazer frente aos investimentos previstos.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa e bancos	9.519	2.554
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	4.947	25.665
	<u>14.466</u>	<u>28.219</u>

Notas Explicativas

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 99,60% do CDI, equivalente a 14,07% ao ano (13,10% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2015).

7. Contas a receber

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Circulante		
Receitas acessórias (a)	2.153	5.808
Pedágio eletrônico - outros (b)	9.585	659
	<u>11.738</u>	<u>6.467</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (c)	(148)	(1.278)
	<u>11.590</u>	<u>5.189</u>

Idade de vencimento dos títulos

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Crédito a vencer	11.435	5.135
Créditos vencidos até 60 dias	8	54
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	147	1.272
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	148	6
	<u>11.738</u>	<u>6.467</u>

- (a) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão;
- (b) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à Concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio; e
- (c) A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias. A PCLD reflete o histórico de perda da Companhia.

Notas Explicativas

8. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>01/07/2016 a</u> <u>30/09/2016</u>	<u>01/01/2016 a</u> <u>30/09/2016</u>	<u>01/07/2015 a</u> <u>30/09/2015</u>	<u>01/01/2015 a</u> <u>30/09/2015</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	21.621	70.662	(14.209)	(51.674)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(7.351)	(24.025)	4.831	17.569
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes				
Incentivo relativo ao imposto de renda	74	118	(3)	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	(52)	(473)	(52)	(756)
Despesas com brindes	-	(1)	7	(19)
Despesas indedutíveis	(5)	(19)	(6)	6
Outros ajustes tributários	5	73	(13)	(2)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(7.329)</u>	<u>(24.327)</u>	<u>4.764</u>	<u>16.798</u>
Impostos correntes	(3.585)	(5.785)	150	-
Impostos diferidos	<u>(3.744)</u>	<u>(18.542)</u>	<u>4.614</u>	<u>16.798</u>
	<u>(7.329)</u>	<u>(24.327)</u>	<u>4.764</u>	<u>16.798</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>33,90%</u>	<u>34,43%</u>	<u>-33,53%</u>	<u>-32,51%</u>

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Bases ativas		
Despesas diferidas para fins fiscais - Lei 12.973/14	23.320	27.692
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.151	1.541
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	484	747
Constituição da provisão de manutenção	2.678	527
Outros	-	75
	<u>27.633</u>	<u>30.582</u>
Bases passivas		
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(16.160)	(6.145)
Amortização custo de transação	(5.211)	-
Outros	(383)	(16)
	<u>(21.754)</u>	<u>(6.161)</u>
Ativo diferido líquido	<u>5.879</u>	<u>24.421</u>

a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do art. nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do RTT).

Notas Explicativas

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, assim como as transações que influenciaram os resultados do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 e 2015, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas podem ser assim demonstradas:

	Transações				
	01/07/2016 a 30/09/2016		01/01/2016 a 30/09/2016		
	Serviços prestados	Intangível	Serviços prestados	Intangível	Receitas
Controladora					
CCR S.A. (a)	812	-	2.437	-	-
Outras partes relacionadas					
CPC (b)	751	952	2.001	2.482	-
Intercement Brasil S.A. (d)	-	4.894	-	8.274	-
Oi Móvel S.A (e)	-	-	-	-	889
Total, 30 de setembro de 2016	<u>1.563</u>	<u>5.846</u>	<u>4.438</u>	<u>10.756</u>	<u>889</u>
Total, 01 de julho de 2015 a 30 de setembro 2015	<u>1.055</u>	<u>6.578</u>			
Total, 01 de janeiro de 2015 a 30 de setembro 2015			<u>4.246</u>	<u>15.669</u>	<u>-</u>

	30/09/2016		
	Saldos		
	Ativo	Passivo	
	Contas a receber	AFAC	Fornecedores e contas a pagar
Controladora			
CCR S.A. (a)	3	-	508
Outras partes relacionadas			
CPC (b) (f)	4	35.000	1.514
Renovias (c)	3	-	2
Rodonorte (c)	-	-	7
Intercement Brasil S.A. (d)	-	-	148
Total, 30 de setembro de 2016	<u>10</u>	<u>35.000</u>	<u>2.179</u>
Total, 31 de dezembro de 2015	<u>8.122</u>	<u>-</u>	<u>1.398</u>

Despesas com profissionais chave da administração:

	01/07/2016 a 30/09/2016	01/01/2016 a 30/09/2016	01/07/2015 a 30/09/2015 (Reapresentado) (*)	01/01/2015 a 30/09/2015 (Reapresentado) (*)
Remuneração: (g)				
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	875	2.748	832	2.432
Outros benefícios:				
Provisão de PPR no ano a pagar no ano seguinte	209	626	209	626
Complemento de PPR pago no ano	-	1.334	-	2.409
Previdência privada	3	12	3	10
Seguro de vida	2	5	2	6
	<u>1.089</u>	<u>4.725</u>	<u>1.046</u>	<u>5.483</u>

Notas Explicativas

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração:

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Remuneração dos administradores (g)	881	1.043

(*) Reapresentado com inclusão da despesa com seguridade social e FGTS, para melhor apresentação.

Na AGO realizada em 15 de abril de 2016, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 7.802, incluindo salário, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social.

- (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR – Divisão Actua, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;
- (b) Contrato de prestação exclusiva de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;
- (c) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores;
- (d) Contrato de fornecimento de cimento para pavimentação de concreto na BR-163/MS, sendo os valores unitários reajustados anualmente pelo IGP-M. Os pagamentos relativos a este contrato ocorrem em até 15 dias após a recepção da fatura emitida pelo fornecedor;
- (e) Contrato de uso da faixa de domínio rodoviário para implantação de cabo telefônico subterrâneo, prazo de vigência indeterminado, com reajuste dos valores com base no IGP-M aplicado no mesmo período do reajuste da tarifa de pedágio, o vencimento para todo dia 1 do mês seguinte ao da emissão das faturas;
- (f) Adiantamento para futuro aumento de capital; e
- (g) Contempla valor total a pagar de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria, registradas no balanço patrimonial como obrigações trabalhistas.

10. Ativo imobilizado

Movimentação do custo

	<u>31/12/2015</u>	<u>30/09/2016</u>			
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	
Móveis e utensílios	505	-	(4)	188	689
Máquinas e equipamentos	10.378	-	(33)	29.460	39.805
Veículos	18.870	-	-	2.196	21.066
Instalações e edificações e terrenos	1.117	-	-	7	1.124
Sistemas operacionais	15.241	-	(76)	27.931	43.096
Imobilizações em andamento	105.609	21.937	(79)	(88.699)	38.768
	<u>151.720</u>	<u>21.937</u>	<u>(192)</u>	<u>(28.917)</u>	<u>144.548</u>

	<u>31/12/2014</u>	<u>30/09/2015</u>			
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	
Movimento 2015	53.871	74.481	(74)	(2.725)	125.553

Notas Explicativas

Movimentação da depreciação

	Taxa média anual de depreciação %	31/12/2015		30/09/2016		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	
					(a)	Saldo final
Móveis e utensílios	10	(42)	(45)	-	-	(87)
Máquinas e equipamentos	12	(763)	(1.564)	-	76	(2.251)
Veículos	25	(4.370)	(3.888)	-	-	(8.258)
Instalações, edificações e terrenos	10	(79)	(217)	-	-	(296)
Sistemas operacionais	12	(609)	(2.396)	8	(77)	(3.074)
		<u>(5.863)</u>	<u>(8.110)</u>	<u>8</u>	<u>(1)</u>	<u>(13.966)</u>
		31/12/2014		30/09/2015		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Outros	Saldo final
Movimento 2015		<u>(528)</u>	<u>(1.254)</u>	<u>7</u>	<u>(2.083)</u>	<u>(3.858)</u>

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 3.944 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 (R\$ 1.043 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015). A taxa média de capitalização no período de nove meses de 2016 foi de 0,63% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures).

11. Ativos Intangíveis

Movimentação do custo

	31/12/2015		30/09/2016	
	Saldo inicial	Adições	Transferências	
			(a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	722.091	351.793	24.462	1.098.346
Direitos de uso de sistemas informatizados	2.725	-	4.456	7.181
	<u>724.816</u>	<u>351.793</u>	<u>28.918</u>	<u>1.105.527</u>
	31/12/2014		30/09/2015	
	Saldo inicial	Adições	(a)	Saldo final
Movimento 2015	<u>164.837</u>	<u>442.049</u>	<u>2.725</u>	<u>609.611</u>

Movimentação da amortização

	Taxa média anual de amortização %	31/12/2015		30/09/2016	
		Saldo inicial	Adições	Saldo final	
				(b)	(c)
Direitos de exploração da infraestrutura	(b)	(612)	(5.574)	(6.186)	
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(210)	(753)	(963)	
		<u>(822)</u>	<u>(6.327)</u>	<u>(7.149)</u>	
		31/12/2014		30/09/2015	
		Saldo inicial	Adições	Saldo final	
Movimento 2015		<u>-</u>	<u>(74)</u>	<u>(74)</u>	

Notas Explicativas

- Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.
- Amortização pela curva de benefício econômico.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 25.811 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 (R\$ 5.982 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015). A taxa média de capitalização no período de nove meses de 2016 foi de 0,63% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures).

12. Financiamentos

Instituições financeiras	Taxas contratuais (% a.a)	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar 30/09/2016	Vencimento Final	30/09/2016	31/12/2015
Em moeda nacional							
1 BNDES - FINEM I	TJLP + 2,00% a.a.	0,1176% (a)	15.607	15.327	Março de 2039	577.476	- (b) (c)
BNDES - FINEM I	TJLP + 2,00% a.a.	0,5494% (a)	2.211	-	Abril de 2016	-	556.031 (b) (c)
Total geral				<u>15.327</u>		<u>577.476</u>	<u>556.031</u>
Circulante							
Financiamentos						1.897	556.524
Custos de transação						(673)	(493)
						<u>1.224</u>	<u>556.031</u>
Não Circulante							
Financiamentos						590.906	-
Custos de transação						(14.654)	-
						<u>576.252</u>	<u>-</u>

- O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada.

Garantias:

- Fiança corporativa / aval do acionista controlador.
- Garantia real.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>30/09/2016</u>
2020	30.690
2021	30.696
2022	30.696
2023 em diante	<u>498.824</u>
	<u><u>590.906</u></u>

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e estão sendo cumpridas regularmente.

Notas Explicativas

1. Em 15 de abril de 2016, ocorreu a 1ª liberação do BNDES, no montante de R\$ 587.039, com vencimento em 15 de março de 2039, remunerado pela TJLP + 2% a.a. O pagamento de juros é trimestral até 15 de dezembro de 2019 e após esta data passará a ser mensal. As amortizações do principal serão feitas mensalmente, em 231 parcelas, a partir de 15 de janeiro de 2020.

A CCR obriga-se a manter, durante a vigência do contrato, índice Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 4,5, apurado em 31 de dezembro, com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas.

A MSVia deverá anualmente, em 31 de dezembro, apresentar índice Patrimônio Líquido/Ativo Total (PL/AT) igual ou superior a 0,2 e ICSD projetado igual ou superior a 1,2, para fins de distribuição de dividendos. Além disso, para não incorrer em inadimplemento, é necessário manter ICSD igual ou superior a 1,0.

O resgate antecipado é permitido mediante aprovação do BNDES.

Para maiores detalhes sobre os financiamentos, vide nota explicativa nº 11 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

13. Fornecedores

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Circulante		
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	38.410	19.156
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)	14	57
Cauções e retenções contratuais (b)	<u>14.946</u>	<u>12.515</u>
	<u>53.370</u>	<u>31.728</u>

- (a) Refere-se principalmente a valores por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação.
- (b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia. Em média, são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

14. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A companhia efetuou acordos para pagamentos de processos administrativos, nas esferas cíveis e trabalhistas, nos montantes de R\$ 116 e R\$ 212, respectivamente.

Notas Explicativas

15. Provisão de manutenção

	<u>31/12/2015</u>	<u>30/09/2016</u>		
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição de provisão a valor presente</u>	<u>Ajuste a valor presente</u>	<u>Saldo final</u>
Não circulante	1.552	5.889	435	7.876
Total	<u>1.552</u>	<u>5.889</u>	<u>435</u>	<u>7.876</u>

A taxa para cálculo do valor presente para os projetos com início de provisão em 2015 é 15,77%. A mesma é equivalente às taxas de mercado para o período a que se refere.

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 4 de fevereiro de 2016 e 2 de maio de 2016, foram integralizados ao capital da Companhia os montantes de R\$ 50.000 e R\$ 20.000, respectivamente, conforme previsto em Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 16 de novembro de 2015.

Em 29 de abril de 2016, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital da Companhia, no valor de R\$ 25.000, mediante a emissão de 25.000.000 de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas a serem integralizadas até 06 de maio de 2016, passando o capital da Companhia para R\$ 454.000, dividido em 454.000.000 ações ordinárias e sem valor nominal.

Em 13 de maio de 2016, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital da Companhia, no valor de R\$ 20.000, mediante a emissão de 20.000.000 de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, passando o capital da Companhia para R\$ 474.000, dividido em 474.000.000 ações ordinárias e sem valor nominal.

Em 10 de junho de 2016, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital da Companhia, no valor de R\$ 35.000, mediante a emissão de 35.000.000 de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, passando o capital da Companhia para R\$ 509.000, dividido em 509.000.000 de ações ordinárias e sem valor nominal.

Em 09 de agosto de 2016, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital da Companhia, no valor de R\$ 38.000, mediante a emissão de 38.000.000 de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, passando o capital da Companhia para R\$ 547.000, dividido em 547.000.000 de ações ordinárias e sem valor nominal.

b) Lucro por ação básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	<u>01/07/2016 a 30/09/2016</u>	<u>01/01/2016 a 30/09/2016</u>	<u>01/07/2015 a 30/09/2015</u>	<u>01/01/2015 a 30/09/2015</u>
Numerador				
Lucro (prejuízo) líquido	14.292	46.335	(9.445)	(34.876)
Denominador				
Média ponderada de ações (em milhares)	<u>530.478</u>	<u>474.788</u>	<u>307.000</u>	<u>307.000</u>
Lucro (prejuízo) por ação - básico e diluído em R\$	0,02694	0,09759	(0,03077)	(0,11360)

Notas Explicativas

17. Receitas

	01/07/2016 a 30/09/2016	01/01/2016 a 30/09/2016	01/07/2015 a 30/09/2015	01/01/2015 a 30/09/2015
Receitas de pedágio	74.393	223.788	14.132	14.132
Receitas de construção (ICPC 01)	139.188	318.956	165.331	389.656
Receitas administrativas	-	889	-	-
Receitas acessórias	1.120	6.882	43	133
Receita bruta	214.701	550.515	179.506	403.921
Impostos sobre receitas	(6.533)	(20.034)	(1.215)	(1.223)
Devoluções e abatimentos	(13)	(41)	(1)	(1)
Deduções das receitas brutas	(6.546)	(20.075)	(1.216)	(1.224)
Receita líquida	208.155	530.440	178.290	402.697

18. Resultado financeiro

	01/07/2016 a 30/09/2016	01/01/2016 a 30/09/2016	01/07/2015 a 30/09/2015	01/01/2015 a 30/09/2015
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamentos	(11.905)	(34.932)	(10.971)	(22.477)
Varição monetária sobre empréstimos	(2.118)	(6.168)	(640)	(640)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(225)	(435)	-	-
Capitalização de custos dos empréstimos	10.967	29.755	5.831	7.025
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(476)	(897)	(558)	(1.348)
	(3.757)	(12.677)	(6.338)	(17.440)
Receitas financeiras		(a)		
Rendimento sobre aplicações financeiras	430	2.193	5.781	17.000
Juros e outras receitas financeiras	52	84	319	671
	482	2.277	6.100	17.671
Resultado financeiro	(3.275)	(10.400)	(238)	231

a) Os valores estão deduzidos do PIS e Cofins sobre receitas financeiras no montante de R\$ 111.

19. Instrumentos financeiros

A Companhia não possui e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os períodos apresentados.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas ITR, conforme o quadro a seguir:

Notas Explicativas

Instrumentos financeiros por categoria

	30/09/2016			31/12/2015		
	Valor justo por meio de resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo por meio de resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos						
Aplicações financeiras	4.947	-	-	25.665	-	-
Contas a receber	-	11.590	-	-	5.189	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	10	-	-	8.122	-
Passivos						
Financiamentos em moeda nacional (a)	-	-	(577.476)	-	-	(556.031)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(53.404)	-	-	(31.932)
Fornecedores - partes relacionadas	-	-	(2.179)	-	-	(1.398)
Partes relacionadas - AFAC	-	-	(35.000)	-	-	-
Obrigações com poder concedente	-	-	(724)	-	-	-
Total	4.947	11.600	(668.783)	25.665	13.311	(589.361)

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Neste período não ocorreram mudanças nos métodos e premissas adotados na determinação do valor justo em relação aos divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	30/09/2016	31/12/2015
Aplicações financeiras	4.947	25.665

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferente dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475 apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações nas taxas de juros.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 30 de setembro de 2017 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Notas Explicativas

Operação	Risco	Vencimento	Exposição em R\$ ⁽³⁾	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
BNDES	Aumento do TJLP	Março de 2039	592.803	(57.135)	(68.420)	(79.708)
As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾ :						
	TJLP ⁽²⁾			7,50%	9,38%	11,25%

- (1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

No item (2) e (3) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável;

- (2) Refere-se à taxa de 30/09/2016, divulgada pelo BNDES.
 (3) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 30/09/2016, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

20. Compromissos vinculados ao contrato de concessão

Além dos pagamentos de verba de fiscalização ao Poder Concedente, a Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo de concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário:

Compromissos relativos a concessão

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Compromisso de investimento	<u>5.029.688</u>	<u>4.811.889</u>

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

21. Demonstração do fluxo de caixa

Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2016 e 2015. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	<u>30/09/2016</u>	<u>30/09/2015</u>
Fornecedores	-	(31.908)
Capitalização no ativo intangível	-	(2.803)
Fornecedores partes relacionadas	147	1
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	<u>147</u>	<u>(34.710)</u>
Aquisição de ativo intangível	(147)	31.907
Capitalização no ativo intangível	-	2.803
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	<u>(147)</u>	<u>34.710</u>

Notas Explicativas

A companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

22. Eventos Subsequentes

- Em 07 de outubro de 2016, ocorreu a liberação parcial de R\$ 103.800 do contrato de financiamento com a Caixa Econômica Federal, assinado em 12 de agosto de 2016, cujo total é de R\$ 527.288. O financiamento de modalidade Finisa tem vencimento final em 15 de março de 2039 e é remunerado à TJLP + 2% a.a. O pagamento de juros será trimestral até 15 de dezembro de 2019. A partir de janeiro de 2020, inicia-se o pagamento do principal e o pagamento dos juros, que passa a ser mensal até o vencimento final.
- Em 18 de outubro de 2016, foi firmado contrato de financiamento com a Caixa Econômica Federal relativo a repasse do BNDES, no montante de R\$ 210.000, tendo sido liberado R\$ 43.250. O financiamento é remunerado à TJLP + 2% a.a. e tem vencimento final em 15 de março de 2039. O pagamento de juros será trimestral até 15 de dezembro de 2019. A partir de janeiro de 2020, inicia-se o pagamento do principal e o pagamento dos juros passa a ser mensal até o vencimento final.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária da Rodovia Sul-Matogrossense S.A.
Campo Grande - MS

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Concessionária da Rodovia Sul-Matogrossense S.A. ("Companhia") contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o trimestre e período de nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações financeiras intermediárias de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 1º de novembro de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Alexandre Cassini Decourt

Audidores Independentes Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8 CRC nº 1 SP 276957/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada e atualmente em vigor ("Instrução CVM 480"), a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo do Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais (ITR) da Companhia e com as Demonstrações Financeiras, todas relativas ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2016.

Campo Grande/MS, 01 de novembro de 2016.

SR. ROBERTO DE BARROS CALIXTO

DIRETOR PRESIDENTE E DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

SR. DÉCIO DE REZENDE SOUZA

DIRETOR OPERACIONAL

SR. HENRIQUE RUBIÃO DO VAL

DIRETOR DE ENGENHARIA

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada e atualmente em vigor ("Instrução CVM 480"), a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo do Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais (ITR) da Companhia e com as Demonstrações Financeiras, todas relativas ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2016.

Campo Grande/MS, 01 de novembro de 2016.

SR. ROBERTO DE BARROS CALIXTO

DIRETOR PRESIDENTE E DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

SR. DÉCIO DE REZENDE SOUZA

DIRETOR OPERACIONAL

SR. HENRIQUE RUBIÃO DO VAL

DIRETOR DE ENGENHARIA